



.../...

Na planta de 1863 já aparece claramente definida a área denominada Praça Nova, ou do Mercado, onde, no século XX, se vai erigir o mercado projectado por Marques da Silva.

Para além da sua importância em termos de local normalizado e controlado de venda pública de produtos, também como factor de desenvolvimento urbano é relevante, pois implantado num local que fazia parte da antiga cerca do convento dominicano, está na base da urbanização futura de toda a zona envolvente, desde o Toural até ao Proposto e ponte de Santa Luzia.

.../...

Em 1931, a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de S. Paio apresentou à Comissão Administrativa da Câmara Municipal uma petição que solicitava a abertura urgente do «...prolongamento da rua de Gil Vicente até se encontrar com a estrada nacional que liga a Famalicão...», o que evitaria a passagem do tráfego, como até aí era feito, pela rua de D. João I, «...de capacidade inferior à que o intenso movimento...». A abertura da nova artéria constituiria ainda «...um complemento indispensável ao plano de construção do novo mercado que V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> se propõe efectuar...». A Câmara foi sensível ao pedido e, no mesmo ano, o projecto da nova artéria, denominada numa primeira fase Av<sup>a</sup> dos Pombais, depois Conde de Margaride, foi aprovado. As obras foram também prolongadas, e embora já em 1936 se circulasse pela rua, ainda não pavimentada, só em 1940 a Câmara arrematou a sua conclusão.

O mercado referido na petição da Comissão Administrativa da freguesia de S. Paio acima indicado, era o Mercado Municipal, edificado no local da antiga praça do mesmo nome. Com um primeiro projecto de Marques da Silva datado de 1927, foi depois prosseguido com alterações pelo seu genro e filha David e Maria José Moreira da Silva, tendo sido concluído, como outras obras iniciadas em Guimarães nos anos trinta, já na década de sessenta.

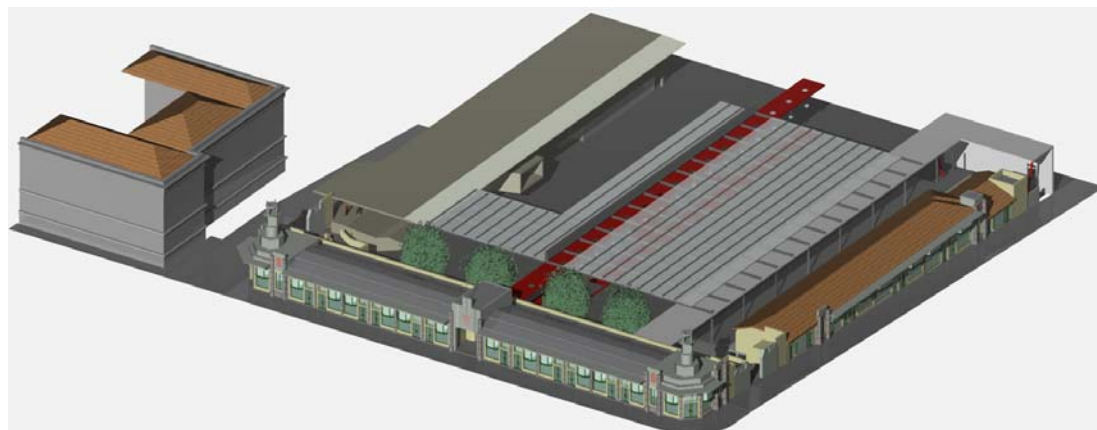
in:

A EVOLUÇÃO DA FORMA URBANA DE GUIMARÃES  
E A CRIAÇÃO DO SEU PATRIMÓNIO EDIFICADO

Prof. Arq. Bernardo Ferrão com Dr. José Ferrão Afonso

2007  
Estudo Prévio

para a Reestruturação da Praça e Edifício do Mercado Municipal de Guimarães



.../...

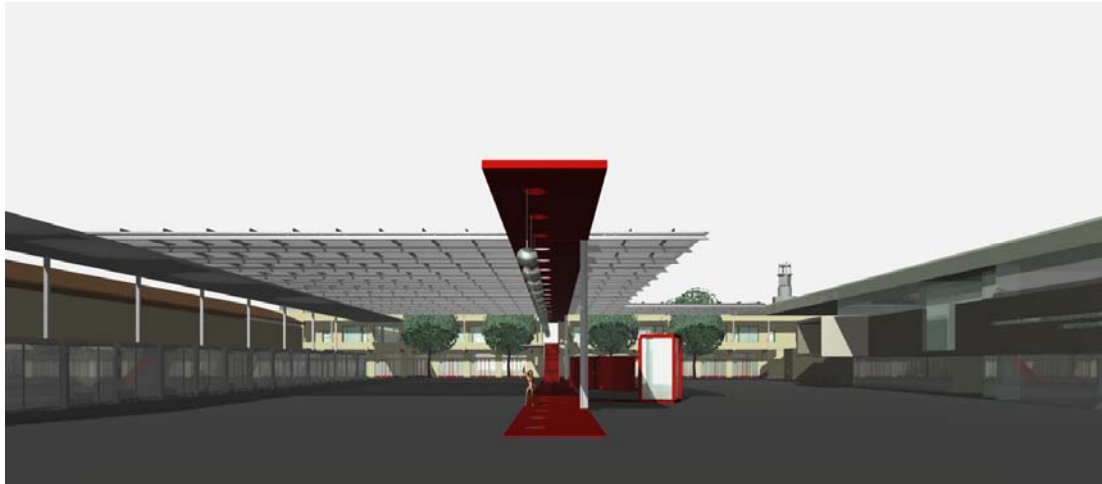
Depois, o mesmo tempo que determinaria a evolução e a qualificação progressiva da cidade central, enquanto simultaneamente cresciam as suas periferias mais imediatas, também determinou especializações diversas; dos sectores urbanos, mas também as dos modos de consumo e das suas exigências.

A mais recente remodelação do Mercado Municipal de Guimarães só a curto prazo e precariamente pôde satisfazer estas exigências, sem mesmo assim lograr solução eficaz para os graves problemas de logística que a forma e a localização deste dispositivo, numa área central cada vez mais densamente ocupada e progressivamente especializada, veio entretanto agravar, até praticamente os tornar insolúveis a título definitivo.

Estas condições entretanto assumidas como inegáveis determinariam a deslocação do mercado e a conseqüente libertação das suas áreas de “terrado / praça” e parcialmente das edificadas confinantes com a Rua de Paio Galvão e Avenida Conde de Margaride.

Não se colocando a questão da sua demolição, por constituírem as suas alas principais edificadas um marco memorial indissociável da história da cidade e da sua arquitectura, perfilava-se então uma oportunidade imperdível de somar no Centro da Cidade uma nova variante funcional, possível através da requalificação do espaço disponível para a invenção neste lugar, de novas condições e de novos dispositivos programados para o exercício de funções de natureza cultural, cívica e de lazer; estimuladas pelas actividades comerciais que poderão instalar-se no espaço edificado disponível, renovado e ampliado.

Não parecendo ter sido apoiada em qualquer inquérito formal, a “encomenda” municipal interpreta mesmo assim, no essencial e de um modo natural, o que poderá corresponder a uma aspiração pública quase límbica, porque tematicamente se centra na exigência da concepção e edificação duma cobertura extensa da nova Praça, agora libertada, isto por forma a que neste espaço renovado se possam criar condições para um exercício do viver público menos condicionado pelas variações sazonais que impõe estrangimentos ao uso das praças e alargamentos do espaço urbano central.



Poderá assim ser produzido um espaço novo e apto para novas capacidades, alternativo dos que se concentram na Cidade Intramuros e enriquecedor da sua periferia imediata, menos equipada e carente de dispositivos da mesma natureza.

Sustentada pelas intenções entretanto expressas em estudos realizados e que se decidiam pela demolição das alas secundárias que completam a recinto do Mercado, somou o Município a esta opção programática, a de, em parte da área assim libertada, se projectar um edifício singular destinado a funções de natureza

museológica activa, visando a instalação de um programa acentuadamente apoiado em tecnologias inovadoras e que eventualmente poderá vir a partilhar da vizinhança com a Sociedade Martins Sarmento no plano das vocações que para este sejam definidas.

Próximos desenvolvimentos do Projecto poderão mesmo equacionar a possibilidade de articulação física entre estes dois dispositivos, ainda não configurada por insuficiência, tanto da programação definitiva deste novo edifício como da impossibilidade da verificação física e construtiva da sua viabilidade.

Nesta fase encontra-se já programada a edificação em sub-solo de um Parque de Estacionamento a que se somam Áreas de Apoio Logístico aos dispositivos funcionais projectados; o seu dimensionamento limita-se a parte da extensão da nova praça, por forma a ser preservada parte mais essencial da actual arborização, e visa estritamente responder às exigências dos programas a instalar, com estes se articulando directamente.

O Projecto, actualmente em fase de um Estudo Prévio, fixando o essencial da forma e da sua expressão plástica, desenha estas quatro vertentes acima enunciadas; Renovação do Espaço Praça e a sua Cobertura parcial, Renovação e Ampliação parcial dos espaços comerciais libertados, Construção de um novo edifício de natureza museológica, construção de um Parque de Estacionamento e espaços de apoio suficientes para o eficaz funcionamento destes dispositivos.

Como já foi referido prevê-se a demolição das duas alas secundárias opostas à Rua Paio Galvão e à Avenida Conde de Margaride, por serem irrecuperáveis e não revestirem qualidade formal que justificasse a sua conservação, aliás a sua construção é posterior à das outras duas e foram promovidas como recurso da alteração ao projecto inicial do Mercado não tendo sido projectadas por Marques da Silva.

Naturalmente o Projecto não pôde alhear-se do facto de que este conjunto ser vizinho de um notável contexto urbano, particularmente interessante por neste conviverem edifícios e espaços diversamente datados e com inestimável qualidade formal, desde o convento e Igreja de S. Domingos ao edifício da Sociedade Martins Sarmento, do mesmo autor do Edifício do Mercado, passando pela correnteza de arquitecturas civis mais ou menos eruditas que compõem as fachadas da Rua de D. João I, todas estas articuladas por espaços de grande riqueza de composição.

De modo não ostensivo o projecto procura diálogos formais com estas vizinhanças e sugere prolongamentos em percursos pedonais sobre esta área menos frequentada e que poderão ser melhor concretizados em futuros desenvolvimentos que incidam sobre a composição do espaço público envolvente.

Por agora é proposta a repavimentação da rua lateral à Sociedade Martins Sarmento e na qual apenas deverá ser permitido o acesso automóvel eventual. O novo edifício proposto no âmbito do projecto desenha e estabelece relações formais com este contexto formulando através de alguma ambiguidade de composição uma transição para a solução formalmente distinta e afirmativa de outra modernidade, a que caracteriza intencionalmente a construção da cobertura e mesmo da face oposta do Edifício Museu assim como dos elementos construtivos que produzem a ampliação das pequenas lojas situadas na ala confrontante com a Avenida Conde de Margaride.

Aliás a atitude não diverge da assumida por Marques da Silva que celebra o ecletismo na convivência entre a construção da Sociedade e a das duas alas principais do mercado, por si ambas projectadas, se o foi no caso das duas obras do ilustre Arquitecto, neste caso o questionamento não é temático mas apenas contextual, e porque não se correndo o risco de uma solução mimética antes se busca celebrar a modernidade assumida pela natureza da encomenda, sem se desprezarem os valores e matrizes formais em presença.

Mesmo assim a inovação não ultrapassa algumas limitações impostas, também de natureza económica, a sugerirem sobriedade nas soluções construtivas, em

particular no que se refere à cobertura de, apesar disso, quase pretenciosamente suspensa, a sete metros acima do pavimento; dependente de reduzidos apoios verticais e portanto deles se libertando e ao espaço por ela abrigado, cerca de 2 300 metros quadrados; solução a sugerir alguma inovação tecnológica por se pretender ligeira e tranquila expressão plástica; quase neutra por não se querer transformar a nova Praça em um espaço ambigualmente encerrado e sem quebrar a sua continuidade e fluidez espacial.

Por isso se cobre de vidro e parcialmente com alumínio, como de alumínio incolor se revestem os apoios verticais iludindo a sustentabilidade da sua massa.

A obediência á mesma sobriedade e ao mesmo critério formal determinam que o pavimento se revestido com lages pré-fabricadas de betão aparente com variações de texturas e coloração combinadas em função da caracterização que deve diferenciar momentos particulares do espaço da praça

Nesta, apenas um eixo se veste de vermelho, tanto na cobertura como no pavimento, desenhando um percurso, um tapete e um tecto que atravessam todo o espaço, a partir da entrada pela Rua Paio Galvão dividindo-o e conferindo-lhe escala mais abordável. Aqui o desenho investe alguma da solenidade que devem assumir os espaços públicos enquanto lugares privilegiados de troca e de exibição.

E tanto uma como a outra destas funções serão apoiadas por mobiliário apropriado e em particular por um conjunto de habitáculos móveis que podem descrever-se como pequenos “stands” cúbicos modulares, com aresta de três metros, abertos nas quatro faces e que sendo susceptíveis de rodarem sobre um eixo e serem transladados, poderão ser usados individualmente ou diversamente associados por forma a organizarem-se como pavilhões contínuos disponíveis para as mais diversas funções, desde logo como pequenas unidades comerciais temporárias nas quais se poderiam conservar algumas das actividades comerciais típicas do Mercado como a exposição e a venda de flores ou de especialidades hortícolas e as resultantes de actividades artesanais que entendemos que deveriam aqui permanecer.

Quando libertos de outras funções ficam disponíveis para a invenção e as encenações que individual ou colectivamente neles se possam projectar.



Como se referiu o projecto prevê a ampliação em cerca de 450 m<sup>2</sup>, das quinze pequenas lojas situadas no piso inferior da ala confinante com a Avenida Conde de Margaride e que individualmente não ultrapassam em grande parte uma área útil de doze a vinte metros quadrados.

Mesmo assim, nesta fase não propõe um dimensionamento definitivo de cada unidade deixando-se flexível a capacidade de ampliação por associação de múltiplos, em função de um “layout” que, entendemos, deverá disciplinar o uso do conjunto do espaço comercial disponibilizado, tanto nesta como na ala de Paio Galvão, cuja ampliação não é prevista e que reúne um conjunto de 13 células de dimensão mais generosa, cerca de 36 m<sup>2</sup> por unidade.

A singularidade do espaço projectado e da sua localização exigem que a ocupação destas áreas se faça de modo programado por forma a judiciosamente se equilibrar uma indispensável diversidade nas componentes comerciais a instalar, entre áreas de restauração e lazer e uma oferta ao consumo de bens e serviços culturais.

No conjunto serão disponibilizados cerca de 1250m<sup>2</sup> de área bruta comercial, destinando-se um remanescente de cerca de 100m<sup>2</sup> á instalação de zonas de apoio a utentes e áreas técnicas.

A este propósito deve repetir-se que em cave serão constituídas áreas de apoio logístico às zonas comerciais que irão ampliar a capacidade do seu uso.

Estas partilham a área destinada ao Parque de Estacionamento, acessível a partir da Avenida Conde de Margaride e que ocuparão em conjunto uma área de cerca de 3 300 m<sup>2</sup> para uma capacidade de cerca de 100 lugares de estacionamento.

Nesta fase o projecto é menos claro no que se refere ao edifício projectado na ala adjacente à Sociedade Martins Sarmiento, detem-se mais sobre a sua volumetria e expressão formal sem condicionar a sua organização interna definitiva que deverá obedecer a um programa que será melhor precisado pelo município.

Constitui portanto uma solução aberta mas não tanto que não se permita assumir-se como fecho e contenção da Praça e que não desenhe com clareza as relações com as envolventes ou deixe de constituir um elemento chave para a compreensão do conjunto e das intenções acima referidas como protagonista da transição formal e espacial com os espaços exteriores e com a própria praça de que constitui elemento determinante e para a qual se abre pontualmente como palco das actividades que nele se possam vir a desenvolver.

Por uma questão de critério o seu volume não ultrapassa em altura a cota mais elevada do edifício do mercado, o que lhe permite desenvolver-se em três níveis, incluindo um piso em cave que permite ser directamente acessível a partir do parque de estacionamento. Permitirá a instalação máxima de 1 640m<sup>2</sup> de área bruta.

Sobre ele repousa uma extensão da cobertura da praça como forma de acentuar a integração dos elementos maiores da sua composição e da sua forma.

Finalmente o desenvolvimento deste projecto deverá determinar com precisão a recuperação e reposição integral do desenho e construção originais das edificações subsistentes e bem assim promover a disciplina da utilização das áreas devolutas ao nível das ruas confinantes, em coerência com o plano de utilização que fôr definido para o conjunto das áreas comerciais internas.



antónio gradim  
em setembro de 2007